



A presente obra traça um panorama da situação de contingência que envolve o direito tributário, demonstrando a necessidade de meios alternativos para a solução dos conflitos. Para tanto, o autor faz uma abordagem dos fundamentos constitucionais atinentes ao instituto da arbitragem envolvendo o crédito tributário, bem como o modo como eventual procedimento de arbitragem se relaciona com o nascimento e extinção da obrigação tributária.

ABNER EBERLE DAL PIVA

ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA

FUNDAMENTOS E PROCEDIMENTO

Prefácio

Estevão Horvath

Área específica

DIREITO TRIBUTÁRIO.

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL; DIREITO
ADMINISTRATIVO; DIREITO ARBITRAL.

Público-alvo/consumidores

DIREITO TRIBUTÁRIO – DIREITO
CONSTITUCIONAL – DIREITO ADMINISTRATIVO –
ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.

FORMATO: 14,5 × 21,5 cm
CÓDIGO SANKHYA: 3102

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

D136a Dal Piva, Abner Eberle

Arbitragem tributária: fundamentos e procedimento / Abner Eberle Dal Piva. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

180p. 14,5x21,5cm
ISBN 978-65-5518-580-5

1. *Direito tributário*. 2. *Direito constitucional*. 3. *Direito administrativo*. 4. *Arbitragem tributária*. I. *Título*.

CDD: 341.39
CDU: 34:336(81)

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DAL PIVA, Abner Eberle. *Arbitragem tributária: fundamentos e procedimento*. Belo Horizonte: Fórum, 2023. 180p. ISBN 978-65-5518-580-5.

Abner Eberle Dal Piva

Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Procurador do município de Cotia - SP. Advogado e consultor tributário.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Estevão Horvath	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
A CONTIGÊNCIA NO DIREITO TRIBUTÁRIO E OS MÉTODOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	17
1.1 O problema e suas possíveis causas	17
1.1.1 Sociedade de risco	19
1.1.2 Conceitos jurídicos indeterminados	22
1.1.3 Complexidade da tributação	23
1.2 A inefetividade na solução do problema	27
1.2.1 Administração tributária	28
1.2.2 Poder Judiciário	29
1.3 A necessidade de instrumentos de efetividade.....	30
1.3.1 A crise do Poder Judiciário.....	30
1.3.2 O princípio constitucional da efetividade.....	32
1.3.3 O surgimento dos métodos alternativos.....	34
1.3.4 Aspectos propedêuticos da arbitragem.....	35
1.3.5 Arbitrabilidade	38
CAPÍTULO 2	
SISTEMA	43
2.1 Direito como sistema.....	43
2.1.1 Valores.....	45
2.1.2 Princípios	48
2.1.3 Princípios e regras	57
2.1.4 Princípios, regras e postulados.....	59
2.2 Subsistema Constitucional Tributário	61
CAPÍTULO 3	
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS COM A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA	63
3.1 Introito.....	63
3.2 Princípio da praticabilidade.....	64
3.3 Princípio da eficiência.....	78
3.4 Princípio da legalidade.....	88
3.5 Princípio da igualdade.....	99
3.6 Princípio da segurança jurídica.....	101
3.7 Princípio da supremacia e indisponibilidade do interesse público...107	
3.7.1 Interesse público primário e interesse público secundário	111
3.7.2 Críticas ao princípio da supremacia e da indisponibilidade do interesse público	113
3.7.3 O interesse público e a arbitragem nas lides tributárias.....	118
CAPÍTULO 4	
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	123
4.1 Norma jurídica tributária	123
4.1.1 Estrutura normativa	123
4.1.2 Tipos de normas	125
4.2 Hipótese tributária	127

4.3	Consequente tributário.....	129
4.4	Crédito tributário.....	131
4.5	Lançamento tributário.....	133
4.6	Extinção da obrigação tributária.....	136
4.7	A disponibilidade condicionada do crédito tributário.....	139
4.8	A submissão do crédito tributário à arbitragem importa dispô-lo?.....	141
4.9	A norma geral e abstrata de arbitragem como hipótese de veículo introdutor da extinção da obrigação tributária.....	142
4.10	A decisão arbitral como norma individual e concreta apta a introduzir a causa de extinção da obrigação tributária.....	145

CAPÍTULO 5

NOTAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DE UM MODELO DE ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA.....149

5.1	Prolegômenos.....	149
5.2	Arbitrabilidade objetiva e subjetiva.....	151
5.3	Órgão arbitral.....	151
5.4	Árbitros.....	154
5.5	Matérias arbitráveis.....	156
5.6	Procedimento arbitral.....	158
5.6.1	Convenção de arbitragem.....	158
5.6.2	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	160
5.6.3	Prazos e atos.....	161
5.7	Sentença arbitral.....	163

CONCLUSÃO.....167

REFERÊNCIAS.....173